

Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Samara Rosa de Freitas
Contador CRC BA-030084/O-0

Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.451	6.358
Depósitos vinculados	5	1.000	1.000
Contas a receber	6	3.410	3.217
Impostos a recuperar		-	11
Despesas antecipadas		309	233
Outros ativos		8	8
Total do ativo circulante		17.178	10.827
Não circulante			
Depósitos vinculados	5	3.122	3.310
Impostos diferidos	18	-	184
Depósitos judiciais	22	38	233
Imobilizado	7	189.237	194.546
Direito de uso - Arrendamentos	10	141	151
Total do ativo não circulante		192.538	198.424
Total do ativo		209.716	209.251

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	7.234	7.163
Fornecedores		104	85
Encargos tributários e trabalhistas		128	187
Imposto de renda e contribuição social		300	354
Ressarcimento de energia a pagar	9	6.620	5.988
Arrendamento a pagar	10	11	11
Dividendos a pagar	11	7.114	2.465
Total do passivo circulante		21.511	16.253
Não circulante			
Arrendamentos a pagar	10	143	146
Empréstimos e financiamentos	8	44.010	50.735
Total do passivo não circulante		44.153	50.881
Patrimônio líquido			
Capital social	12	133.673	133.673
Reserva de Lucros		10.379	8.444
Total do patrimônio líquido		144.052	142.117
Total do passivo e patrimônio líquido		209.716	209.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita líquida de vendas	13	31.453	29.056
Custo da geração de energia	14	<u>(12.357)</u>	<u>(11.459)</u>
Lucro bruto		19.096	17.597
Despesas gerais e administrativas	15	(1.823)	(1.210)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>-</u>	<u>330</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>17.273</u>	<u>16.717</u>
Receitas financeiras		1.434	1.730
Despesas financeiras		<u>(4.926)</u>	<u>(6.596)</u>
Resultado financeiro	16	<u>(3.492)</u>	<u>(4.866)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>13.781</u>	<u>11.851</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.463)	(1.557)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(83)	83
Lucro líquido do exercício		<u>12.235</u>	<u>10.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	12.235	10.377
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>12.235</u>	<u>10.377</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir		
Saldos em 01 de janeiro de 2022		133.673	531	-	7.570	141.774
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.377	10.377
Constituição de reservas		-	519	7.394	(7.913)	-
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	-	(7.569)	(7.569)
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	(2.465)	(2.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		133.673	1.050	7.394	-	142.117
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.235	12.235
Constituição de reservas	12	-	612	8.717	(9.329)	-
Dividendos adicionais distribuídos	11	-	-	(7.394)	-	(7.394)
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	(2.906)	(2.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		133.673	1.662	8.717	-	144.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		13.781	11.851
Ajustado por:			
Depreciação	7	5.518	5.500
Amortização direito de uso de arrendamentos	10	8	20
Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos	10	11	20
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados		(351)	(344)
Baixa de imobilizado	7	16	91
Baixa líquida, de contratos de arrendamento	10	(1)	(22)
Baixa de depósitos judiciais	15	195	-
Provisão para ressarcimento de energia	9	6.793	6.377
Reversão de provisão para contingências		-	(91)
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	8	4.683	5.073
Reversão (provisão) de impostos diferidos		101	(101)
		<u>30.754</u>	<u>28.374</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(193)	(239)
Depósitos vinculados		539	(941)
Outros ativos		-	12
Impostos a recuperar		11	(8)
Despesas antecipadas		(76)	501
Fornecedores a pagar		19	33
Obrigações trabalhistas e tributárias		(59)	(60)
Imposto de renda e contribuição social		30	(18)
Outras contas a pagar		-	(24)
Caixa gerado das atividades operacionais		<u>31.025</u>	<u>27.630</u>
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(1.547)	(1.413)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	8	(4.157)	(4.634)
Pagamento de ressarcimento de energia	9	<u>(6.161)</u>	<u>(7.342)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		<u>19.160</u>	<u>14.241</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens do imobilizado	7	(225)	(404)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(225)</u>	<u>(404)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	11	(5.651)	(10.092)
Pagamento de arrendamentos, principal e juros	10	(11)	(33)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(7.180)	(7.105)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(12.842)</u>	<u>(17.230)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		<u>6.093</u>	<u>(3.393)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		6.358	9.751
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		<u>12.451</u>	<u>6.358</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		<u>6.093</u>	<u>(3.393)</u>
Principais transações que não afetaram caixa			
Novos contratos de arrendamentos	10	-	157
Remensuração de ativos arrendados	10	2	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (“Inxú” ou “Companhia”), com sede em Nova Maringá - MT, foi constituída em outubro de 2010, tendo como objeto social a exploração de concessão de serviços públicos e privados de energia elétrica - PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas), compreendendo a geração de energia elétrica, o comércio atacadista de energia elétrica, a distribuição de energia elétrica, a construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica e a manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.

A Companhia obteve através da Portaria Nº 527 de 9 de setembro de 2011 autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Rio do Sangue, nos Municípios de Campo Novo dos Parecis e Nova Maringá, Estado do Mato Grosso.

A Companhia entrou em operação em maio de 2016, operando em fase de testes, recebendo a autorização definitiva da ANEEL para operação a partir 30 de junho de 2016, data em que foi efetuada a unitização do imobilizado pelo custo de aquisição das obras até ali finalizadas, sendo que deu continuidade de ampliação de sua capacidade de produção com a construção de uma CGH (Central Geradora Hidrelétrica) com capacidade de geração de 1,2 MW/h, tendo recebido autorização de funcionamento em novembro/2017, sendo então, realizado a unitização do imobilizado do mesmo bem como ajustes necessários na unitização da PCH.

A PCH INXÚ possui capacidade geradora de 21,8 MW/h, sendo duas Unidades Geradoras de 10,3 MW/h cada e mais a CGH com capacidade de geração de 1,2MW/h.

A Companhia é controlada pela Mega Brasil Energia S.A., uma Companhia de capital fechado, com sede na cidade de Cuiabá, Mato Grosso que por sua vez é controlada pelo Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações.

1.1 Capital Circulante Líquido Negativo (CCL)

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de curto e longo prazo registradas no balanço. A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 12.235 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10.377 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor do passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 4.333, (2022: R\$ 5.426) evidenciando um “capital circulante líquido (CCL) negativo”, devido, principalmente, ao saldo de ressarcimento de energia a pagar, ao saldo de empréstimos e financiamentos e ao saldo de dividendos a pagar. Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas vinculadas aos empréstimos e financiamentos de R\$ 3.122 (R\$ 3.310 em 2022) mantidos no ativo não circulante. (Nota 5).

Conforme contrato de energia, a Companhia possui a garantia de recebimento da receita fixa mensal em caixa para liquidação dos passivos. Com relação a liquidação do saldo de ressarcimento de energia a pagar, conforme regras do contrato (Nota 1.2) os valores serão liquidados, em parcela única, no mês de julho do ano seguinte, mediante o desconto direto pelo

agente do valor apurado, diretamente na parcela fixa mensal da receita recebida. Caso haja necessidade de pagamento adicional, a Companhia possui recursos na conta movimento para a liquidação (Nota 4).

Quanto aos dividendos a pagar, a liquidação de dará mediante disponibilidade de caixa.

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

A estrutura do capital do projeto, advém de recursos próprios aportados pelos Acionistas e obtenção de linhas de crédito para investimento (Finem BNDES). O BNDES, possuem uma estrutura na modalidade Project Finance com garantias típicas desta modalidade de financiamento compartilhados entre si, o que inclui:

- Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração e Outras Avenças.

A Companhia tem por obrigação contratual, durante a vigência do contrato de financiamento, manter um ICSD – Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida, no valor mínimo, igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) e uma apuração de Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do investimento total do projeto, medido anualmente por meio de demonstrativos.

Com relação ao Capital Circulante Negativo esclarecemos que faz parte do modelo deste negócio vez que os valores das dívidas dos Contratos de Financiamentos dos próximos doze (12) meses estão contabilizados no passivo circulante enquanto as receitas provenientes do Contrato CER, está reconhecida apenas a parcela de dezembro do corrente ano, a receber em janeiro do ano seguinte, ficando as receitas dos próximos doze (12) meses, que serão utilizadas para quitação destas dívidas ainda não reconhecidas no ativo circulante. Portanto, a Administração entende que o Capital Circulante Negativo será revertido a médio e longo prazo com a continuidade operacional da Companhia visto que os valores irão diminuindo ao longo do período de operação do negócio.

Com relação a Operação, tem-se como meta prevista a disponibilidade geral da Usina acima de 97%, sendo atingido nos últimos exercícios em percentuais superiores, registrando em 2023 uma disponibilidade de 99,11%, resultado de uma gestão de forma ativa dos contratos de Operação e Manutenção (O&M) e Manutenção de Subestação e Linha de Transmissão (BOP) vigentes. A atuação de forma direta e célere nos tempos de parada para manter a eficiência dos equipamentos também tiveram redução significativa em números de intervenções nas turbinas, indo de 60 em 2021, 78 em 2022 para 27 em 2023 número considerado perfeitamente exequível operacionalmente. A eficiência na gestão dos estoques de peças e sobressalentes também é considerado um fator importante a ser destacado para a manutenção e redução dos tempos de parada das turbinas.

Com relação a geração, a Companhia vem registrando uma média de vazão inferior ao projetado nos últimos três anos, quando deveríamos ter 83,5 m³/s, tivemos 66,22 m³/s, 70,59 m³/s e 72,67 m³/s nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 respectivamente, perfazendo uma média de 69,82 m³/s, ficando demonstrado que o regime das chuvas impede o alcance da geração contratada.

A administração não vislumbra eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação, levando em consideração seus resultados de lucro como também suas projeções futuras.

A administração acredita que a execução das ações e do seu planejamento são suficientes tecnicamente para a continuidade das operações no curto prazo e que tais esforços irão manter a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

1.2 Contrato de energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 17 de janeiro de 2011, por um prazo de 30 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MWh/ano	Preço R\$/MWh Janeiro/2011	Início da operação comercial	Final da operação comercial
PCH Inxú	144.540	129,93	Jun/2016	Ago/2043

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de setembro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de junho de 2010.

Dessa forma, a partir julho de 2016, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

A conta de energia é apurada a cada 12 meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anualmente, e observará as margens de 10% abaixo ou acima da energia contratada, ao final de cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de maio a abril e os ressarcimentos são realizados em uma única parcela, no mês de julho do ano subsequente, mediante liquidação da fatura mensal emitida pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

1.3 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 3.11** - arrendamento: determinar se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 3.5 e 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período em que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota Explicativa nº 10** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;
- **Nota Explicativa nº 3.6 e 9** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos;
- **Notas Explicativas nºs 3.2 e 13** - reconhecimento de receita: expectativa de devolução.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

d) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Principais políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Receita operacional

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado, quando da transferência de propriedade da energia produzida para seus clientes.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com o único cliente da Companhia (ver Nota 1.2). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior aos MWh contratados, ou passivos, caso a geração seja inferior aos MWh contratados, em contraparte da receita no resultado.

3.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro presumido

Nessa sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda

e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos

3.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A Companhia adota as orientações de controle e taxas de depreciação contidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.6 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.7 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências

de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não identificou indícios de perdas a serem reconhecidas.

3.9 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.11 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas

por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de desmontagem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data.

Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado.

Em 2023 a Companhia não registrou ativos ou passivos fiscais diferidos em seu balanço patrimonial ou demonstração de resultados, devido ao regime tributário adotado ser Lucro Presumido (nota explicativa 3.4 e 18)

- Imposto mínimo complementar global

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32/IAS 12) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.

A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 3 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 8, a Companhia tem financiamento junto ao BNDES que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente a Companhia não possui nenhum acordo de financiamento que se enquadre nessas alterações.

- Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	52	26
Aplicações financeiras (i)	12.399	6.332
	<u>12.451</u>	<u>6.358</u>

- (i) Estão representadas por aplicações em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cuja rentabilidade para o exercício de 2023 foi de 12,96% (2022: 12,35%). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota Explicativa nº 19.

5 Depósitos vinculados

	2023	2022
Conta centralizadora (a)	1.000	1.000
Conta reserva do serviço da dívida BNDES (b)	3.122	3.310
	<u>4.122</u>	<u>4.310</u>
Circulante	1.000	1.000
Não circulante	3.122	3.310

- a) Conta centralizadora - conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- b) Conta reserva do serviço da dívida BNDES - refere-se à obrigação firmada pelo contrato de financiamento junto ao BNDES (Ver nota explicativa nº 8), que exige que seja mantido a título de reserva o equivalente a três vezes à última prestação vencida de principal e acessório até o término do contrato. Estão representadas por aplicações em renda fixa em fundos de investimentos, com remuneração média de 102% do CDI em 2023 e 113% CDI em 2022. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para janeiro de 2031. Em 31 de dezembro de 2023 havia o saldo de R\$ 36 (2022: R\$ 4) referente a conta corrente vinculada ao serviço da dívida.

6 Contas a receber

	2023	2022
Receita - CCEE (a)	3.372	3.214
Outras contas a receber	38	3
	<u>3.410</u>	<u>3.217</u>

- a) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2. A Companhia monitora os recebíveis mensalmente e não vê riscos quanto ao recebimento dos valores e nem possui histórico de inadimplência desde sua entrada em operação.

7 Imobilizado

	2023			2022	
	Vida útil	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	592	-	592	592
Reservatório barragens e adutoras	30 a 50 anos	96.325	(14.803)	81.522	83.562
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 ano	64.276	(9.551)	54.725	56.021
Máquinas e equipamentos	15 a 40 anos	67.467	(15.543)	51.924	53.945
Veículos	7 anos	377	(144)	233	275
Moveis e utensílios	16 anos	23	(6)	17	18
Material em depósito	-	224	-	224	133
		<u>229.284</u>	<u>(40.047)</u>	<u>189.237</u>	<u>194.546</u>

**Inxú Geradora e Comercializadora
de Energia Elétrica S.A.**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022*

	2022			2021	
	Vida útil	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	592	-	592	592
Reservatório barragens e adutoras	30 a 50 anos	96.325	(12.763)	83.562	85.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos	64.276	(8.255)	56.021	57.316
Máquinas e equipamentos	15 a 40 anos	67.349	(13.404)	53.945	56.033
Veículos	7 anos	377	(102)	275	123
Moveis e utensílios	16 anos	23	(5)	18	18
Material em depósito	-	133	-	133	51
		<u>229.075</u>	<u>(34.529)</u>	<u>194.546</u>	<u>199.733</u>

Não há imobilizados dado em garantia para a CCEE.

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2023
Em serviço						
Terrenos	592	-	-	-	-	592
Reservatório barragens e adutoras	83.562	-	-	-	(2.040)	81.522
Edificações, obras civis e benfeitorias	56.021	-	-	-	(1.296)	54.725
Máquinas e equipamentos	53.945	55	-	63	(2.139)	51.924
Veículos	275	-	-	-	(42)	233
Moveis e utensílios	18	-	-	-	(1)	17
Material em depósito	133	170	(16)	(63)	-	224
	<u>194.546</u>	<u>225</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>(5.518)</u>	<u>189.237</u>
	<u>2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação</u>	<u>2022</u>
Em serviço						
Terrenos	592	-	-	-	-	592
Reservatório barragens e adutoras	85.600	-	-	-	(2.038)	83.562
Edificações, obras civis e benfeitorias	57.316	37	-	(37)	(1.295)	56.021
Máquinas e equipamentos	56.033	8	-	37	(2.133)	53.945
Veículos	123	277	(91)	-	(34)	275
Moveis e utensílios	18	-	-	-	-	18
Material em depósito	51	82	-	-	-	133
	<u>199.733</u>	<u>404</u>	<u>(91)</u>	<u>-</u>	<u>(5.500)</u>	<u>194.546</u>

A Companhia adota as orientações de controle e taxas de depreciação contidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

As taxas de depreciação anuais, de acordo com a vida útil estimada para cada componente são conforme a seguir apresentadas:

PCH	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Comporta	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Conduto forçado	3,13%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação Casa de Força	2,00%
Edificação Outras	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Estrutura (Poste, Torre)	2,70%
Estrutura suporte de equipamento e de barramento	3,13%
Fibra ótica	6,67%
Gerador	3,33%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Ponte rolamento, guindaste ou pórtico	3,33%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Sistema de abastecimento de água	4,00%
Sistema de água e alimentação	3,33%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de ar comprimido	3,85%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de coleta de óleo isolante	4,00%
Sistema de comunicação local	6,67%
Sistema de dados meteorológicos, hidrológicos e sismológicos	5,88%
Sistema de drenagem	4,00%
Sistema de esgoto sanitário	4,00%
Sistema de exaustão, ventilação e ar-condicionado	4,00%
Sistema de iluminação e força	4,00%
Sistema de lubrificação, de óleo de regulação e de óleo isolante ou para isolamento	4,00%
Sistema de proteção contra incêndio	4,00%
Sistema de resfriamento de equipamentos	4,00%
Sistema de vigilância eletrônica	4,00%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida	3,33%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbina hidráulica	2,50%
Urbanização e benfeitorias	3,33%
Veículos	14,29%

8 Empréstimos e financiamentos

Composição da dívida	Taxa efetiva	2023	2022
BNDES	TJLP + 1,76% a.a.	51.244	57.898
Circulante		7.234	7.163
Não circulante		44.010	50.735

Os montantes por ano de vencimento têm a seguinte composição:

	2023	2022
Em um ano	7.234	7.163
De um a dois anos	10.472	10.992
Acima de dois anos	33.538	39.743
Total	51.244	57.898

Em abril de 2013 a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 99.560, dividido em 4 sub-créditos, com taxa de 1,76% ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A dívida está sendo paga em 192 parcelas mensais. A primeira parcela foi paga em fevereiro de 2015 e a última vencerá em janeiro de 2031.

A dívida será exigida antecipadamente caso a Companhia realize:

- i) Cancelamento, não renovação ou revogação das autorizações e das licenças concedidas pela ANEEL e Ministério de Minas e Energia;
- ii) Sentença condenatória transitado em julgado em razão de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- iii) Redução do quadro de funcionários sem oferecer treinamento/relocação dos trabalhadores em outras Companhias;
- iv) Não concluir física e financeiramente o projeto;
- v) Rescindir sem anuência do BNDES o contrato de energia de reserva (CER);
- vi) Manter, durante toda a vigência do contrato o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD de no mínimo 1,20
- vii) Manter, durante toda a vigência do contrato ICP (Índice de Capitalização Própria) de 25% ou superior; entre outros. A apuração dos índices contratados deve ser efetuada anualmente com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia.

Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Garantias da operação

Os acionistas da Companhia dão ao BNDES, em penhor, a totalidade de suas ações atuais e futuras detidas representativas de seu capital social. A Companhia obriga-se a ceder fiduciariamente ao BNDES a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica decorrente do contrato de energia de reserva (CER) nº 131/10 celebrado entre a Companhia e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 17 de janeiro de 2010, onde estabelece 144.540 MWh de energia contratada por ano e obriga-se a manter carta fiança bancária em caso de não atingir o ICSD.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	<u>BNDES</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	64.564
Amortização de principal	(7.105)
Juros pagos	(4.634)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>5.073</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>57.898</u>
Amortização de principal	(7.180)
Juros pagos	(4.157)
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>4.683</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>51.244</u>

9 Ressarcimento de energia a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ressarcimento CCEE	<u>6.620</u>	<u>5.988</u>
Total passivo circulante	6.620	5.988

O montante registrado se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à CCEE, que será descontado conforme contrato de comercialização de energia elétrica. Em julho de cada exercício, é realizado um levantamento da diferença da energia contratada com a energia entregue e a diferença é devolvida para a CCEE. O período de apuração é contemplado entre maio a abril de cada exercício e o ressarcimento apurado é pago em uma única parcela, conforme nota explicativa 1.2.

A seguir, a conciliação da movimentação patrimonial:

	<u>Apuração CCEE</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>6.953</u>
Ressarcimento apurado no ano corrente	6.377
Pagamentos realizados	<u>(7.342)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>5.988</u>
Ressarcimento apurado no ano corrente	6.793
Pagamentos realizados	<u>(6.161)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>6.620</u>

10 Arrendamentos

A Companhia possui um contrato de cessão de uso onerosa sob regime de arrendamento do terreno onde está instalado a usina. O contrato foi assinado em março de 2022 e tem duração de 20 anos, com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 6,98% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Em 2023, a Companhia realizou a remensuração dos passivos, baseada na revisão da projeção dos pagamentos futuros, sendo o impacto contabilizado no ativo de direito de uso.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

	Sala Comercial	Cessão Terreno	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	73	-	73
Novos contratos	-	157	157
Despesa de amortização do exercício	(14)	(6)	(20)
Baixa de contratos desenquadrados como arrendamentos (a)	(59)	-	(59)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	151	151
Remensuração	-	(2)	(2)
Despesa de amortização do exercício	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	141	141

- b) Em 2022 a Companhia reavaliou os contratos firmados e realizou a baixa do contrato de aluguel de uma Sala Comercial, de pequeno valor e curto prazo, desenquadrando este contrato como ativos e passivos de arrendamentos e passará a classificar os pagamentos diretamente no resultado.

Movimentação do passivo de arrendamento

	<u>Sala Comercial</u>	<u>Cessão Terreno</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	94	-	94
Novos contratos	-	157	157
Juros apropriados no resultado	11	9	20
Pagamentos, incluindo principal e juros	(24)	(9)	(33)
Baixa de contratos desenquadrados como arrendamentos (a)	(81)	-	(81)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	157	157
Remensuração	-	(2)	(2)
Juros apropriados no resultado	-	11	11
Pagamentos, incluindo principal e juros	-	(11)	(11)
Baixas de passivos	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	154	154
2022			
Circulante	-	11	11
Não circulante	-	146	146
2023			
Circulante	-	11	11
Não circulante	-	143	143

- a) Em 2022 a Companhia reavaliou os contratos firmados e realizou a baixa do contrato de aluguel de uma Sala Comercial, de pequeno valor e curto prazo, desenquadrando este contrato como ativos e passivos de arrendamentos e passará a classificar os pagamentos diretamente no resultado.

Impactos no resultado do exercício

	2023	2022
Baixas, líquidas de contratos de arrendamentos	1	22
Despesas com amortização	(8)	(20)
Despesas financeiras	(11)	(20)
Total - impacto na despesa líquida	(18)	(18)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

	2023			2022		
Vencimento	Juros (*)	Principal	Líquido	Juros (*)	Principal	Líquido
Até 1 ano	-	11	11	-	11	11
De 1 a 2 anos	-	11	11	-	12	12
De 2 a 3 anos	-	12	12	-	12	12
De 3 a 4 anos	-	12	12	-	12	12
De 4 a 5 anos	-	12	12	-	13	13
Acima de 5 anos	(132)	228	96	(145)	242	97
Total	(132)	286	154	(145)	302	157

(*) O contrato possui pagamentos reduzidos, por esse motivo os juros incidentes não são valores expressivos em milhares.

11 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários da diretoria técnica foram apropriados ao resultado, na conta “custo da geração de energia”, no montante total de R\$ (253) (2022 R\$ 227). A remuneração inclui salários e encargos e bônus anual por atingimento das metas. Adicionalmente, a Companhia reembolsou a empresa Geradora Bons Ventos da Serra I S.A, participante do mesmo grupo econômico, no valor de R\$ 299 (2022: R\$ 255) referente a compartilhamento de despesas da diretoria administrativa-financeira.

b. Dividendos a pagar

	2023	2022
Mega Brasil Energia S.A	<u>7.114</u>	<u>2.465</u>

A distribuição de dividendos para o acionista da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Movimentação de dividendos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.523</u>
Distribuição de dividendos adicionais propostos	7.569
Pagamento de dividendos	(10.092)
Distribuição de dividendos em 2022 (Nota 12)	<u>2.465</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.465</u>
Distribuição de dividendos adicionais propostos	7.394
Pagamento de dividendos	(5.651)
Distribuição de dividendos em 2023 (Nota 12)	<u>2.906</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>7.114</u></u>

Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária em 30 de Abril de 2023, a Companhia realizou a distribuição de dividendos adicionais, no valor de R\$ 7.394, com base no saldo de reserva de lucros na data de 31 de dezembro de 2022.

c. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações, com 100% do capital social da Companhia.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com as empresas Geradora Bons Ventos da Serra I S.A, Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia S.A e com sua controladora, Mega Brasil Energia S.A, todas controladas integralmente pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou reembolso referente a compartilhamento de despesas no montante de R\$ 652 (2022: R\$

594), na conta “custo da geração de energia” e pagou reembolso referente a compartilhamento de despesas de R\$ 758 (2022: R\$ 451), na conta “despesas gerais e administrativas”.

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social é de R\$ 133.673, totalmente subscrito e integralizado, e é representado por 133.673.138 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 1 (um real) cada. A Empresa possui um único acionista, Mega Brasil Energia S.A

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital

Reserva de lucros a distribuir

É formada pelo valor do lucro líquido do exercício, após destinação da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

c. Dividendos

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia. A movimentação de dividendos está apresentada na nota 11 (b).

O resultado apurado nos exercícios de 2023 e 2022 foi assim distribuído:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro do exercício	12.235	10.378
Constituição reserva legal (5%)	(612)	(519)
Base para dividendos mínimos obrigatórios	11.623	9.859
Dividendos distribuídos (25%)	(2.906)	(2.465)
Reserva de lucros a distribuir	<u>8.717</u>	<u>7.394</u>

13 Receita líquida de vendas

	2023	2022
Receita de energia gerada (a)	32.750	30.144
Pis (b)	(231)	(194)
Cofins (b)	(1.066)	(894)
	31.453	29.056

- a. Conforme mencionado na Nota 3.2, o valor registrado a título de Receita Operacional corresponde a energia gerada conforme Contrato de Energia de Reserva – CER, junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- b. Até 2022, a Companhia apurava os impostos pelo regime cumulativo, com recolhimento pelo regime de caixa, aplicando as alíquotas de 0,65% e 3% para Pis e Cofins, respectivamente, e registrando os impostos diferidos (vide nota 18) calculados entre a diferença apurada entre os regimes de competência e caixa. Em 2023, a Companhia mudou o regime de recolhimento dos impostos para o regime de competência, cessando o cálculo de impostos diferidos e realizando a baixa dos saldos provisionados em 2022. As alíquotas se mantêm em 0,65% e 3% para Pis e Cofins.

14 Custos da geração de energia

	2023	2022
Depreciação	(5.518)	(5.500)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.391)	(1.487)
Custos regulatórios	(96)	(93)
Custos com manutenção	(2.149)	(1.299)
Custos com pessoal	(302)	(287)
Serviços de terceiros	(800)	(819)
Custos socioambientais	(439)	(388)
Custos com infraestrutura	(638)	(814)
Prêmios e seguros	(649)	(553)
Amortização de direito de uso de arrendamentos	(8)	(6)
Custos gerais	(367)	(213)
	(12.357)	(11.459)

15 Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Prêmios e seguros	(5)	(8)
Despesas com pessoal	(905)	(559)
Despesas com infraestrutura	(45)	(19)
Serviços de terceiros	(565)	(557)
Despesas com manutenção	-	(3)
Despesas com viagens	(56)	-
Despesa com associação de classe	(6)	(3)
Amortização do direito de uso de arrendamentos	-	(14)
Custas judiciais	(195)	-
Despesas tributárias	(29)	(29)
Outras despesas	(17)	(18)
	(1.823)	(1.210)

16 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	1.415	1.730
Outras receitas financeiras	19	-
	1.434	1.730
Despesas financeiras:		
Comissão e fiança bancária	-	(1.314)
Despesas bancárias	(197)	(187)
IOF	(2)	(2)
Amortização financeira de arrendamentos	(11)	(20)
Juros passivos	(32)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.683)	(5.073)
Outros	(1)	-
	(4.926)	(6.596)
Resultado financeiro, líquido	(3.492)	(4.866)

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Receita bruta	32.750	32.287
Presunção de lucro prevista para IRPJ	8%	8%
Base de cálculo IRPJ pós presunção	2.620	2.583
Outras receitas	1.406	1.726
Base de cálculo do IRPJ	4.026	4.309
IRPJ a alíquota normal de 15%	604	646
Adicional de IRPJ – 10%	379	407
Despesa com imposto de renda no resultado do exercício	983	1.053
Presunção de lucro prevista para CSLL	12%	12%
Base de cálculo CSLL	3.930	3.874
Outras receitas	1.406	1.726
Base de cálculo da CSLL	5.336	5.600
Alíquota CSLL	9%	9%
Despesa com contribuição social no resultado do exercício	480	504
Despesa total de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.463	1.557

18 Impostos diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes das diferenças no reconhecimento das receitas para fins contábeis e fiscais, e foram registrados considerando a sua expectativa de realização. Conforme o contrato de energia (nota 1.2) a receita contábil é registrada conforme os MW gerados no período, mediante aplicação dos limites de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Adicionalmente, a Companhia recebe um valor fixo contratado, sobre o qual emite a sua nota fiscal. Os desvios positivos ou negativos da geração são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. Sobre esses desvios a Companhia reconhece os ativos ou passivos fiscais diferidos, que serão pagos ou compensados conforme as liquidações financeiras realizadas junto a CCEE.

Em 2023, a Companhia alterou o regime de recolhimento dos impostos para o regime de competência, não havendo constituição de impostos diferidos.

O valor constante na demonstração de resultados do exercício de 2023 é referente a baixa dos ativos constituídos em 2022.

2022	IRPJ	CSLL
Ressarcimento de energia a pagar, líquidos - CCEE	(2.771)	(2.771)
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	<u>(222)</u>	<u>(333)</u>
Base de cálculo	(222)	
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	(33)	(30)
Imposto adicional (IRPJ)	<u>(20)</u>	<u>-</u>
Imposto diferido	<u>(53)</u>	<u>(30)</u>
Total do imposto diferido		<u>(83)</u>

A composição dos impostos diferidos constantes no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	<u>2022</u>
Reconhecimento de IRPJ e CSLL sobre receitas diferidas	83
Reconhecimento de PIS e COFINS sobre receitas diferidas (a)	<u>101</u>
Saldo líquido de ativos circulante	<u>184</u>

- (a) A despesa de Pis e Cofins diferido está apresentada na Demonstração do Resultado como Receita Operacional Líquida.

19 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (ver Nota Explicativa nº 1.2)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2023	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.451	-	-
Depósitos vinculados	4.122	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	3.410	-	-
Fornecedores	-	-	104	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	51.244	51.244
Arrendamentos a pagar	-	-	154	154
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	6.620	-

Em 31 de dezembro de 2022	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.358	-	-
Depósitos vinculados	4.310	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	3.217	-	-
Fornecedores	-	-	85	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	57.898	57.898
Arrendamentos a pagar	-	-	157	157
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	5.988	-

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco operacional.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis têm risco considerado baixo, considerando as características do cliente do Grupo (CCEE).

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro do Grupo de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do rating atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem R\$ 12.451 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 6.358) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo de R\$ 4.122 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 4.310) em depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	A vencer em até 1 ano		A vencer acima de 1 ano		Totais	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	7.234	7.163	47.767	55.067	55.001	62.230
Fornecedores	104	85	-	-	104	86
Arrendamentos a pagar	11	11	153	156	164	167
Ressarcimento de energia a pagar	6.620	5.989	-	-	6.620	5.988

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Grupo desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros que estão sujeitos às oscilações na taxa do CDI e da TJLP.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta (baixa) nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário real.

	Saldo 31/12/2023	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - Fundo de investimento	12.382	Rendimentos em FI	13.080	13.534	13.984	14.440	14.893
Efeito no resultado			(904)	(450)	-	456	909
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	16	Variação do CDI	17	18	18	19	20
Efeito no resultado			(1)	-	-	1	2
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - CDB	3.086	Variação do CDI	3.281	3.412	3.543	3.674	3.806
Efeito no resultado			(262)	(131)	-	131	263
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	51.244	TJLP	52.923	53.890	54.857	55.824	56.791
Efeito no resultado			(1.934)	(967)	-	967	1.934

	Saldo 31/12/2022	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - Fundo de investimento	6.316	Rendimentos em FI	6.658	6.877	7.096	7.315	7.534
Efeito no resultado			(438)	(219)	-	219	438
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – CDB	17	Variação do CDI	17	18	19	19	20
Efeito no resultado			(2)	(1)	-	-	2
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - CDB	3.306	Variação do CDI	3.506	3.639	3.771	3.904	4.037
Efeito no resultado			(265)	(132)	-	133	266
Saldo de empréstimos e financiamentos BNDES	57.898	TJLP	59.727	60.774	61.822	62.869	63.917
Efeito no resultado			(2.095)	(1.048)	-	1.048	2.095

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

20 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser assim sumarizados:

	2023	2022
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	51.244	57.898
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(12.451)	(6.358)
Menos: Depósitos vinculados	(4.122)	(4.310)
Dívida líquida	34.671	47.230
Total do patrimônio líquido	144.052	142.117
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	0,24	0,33

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância (R\$)	Prêmio
Riscos Operacionais	30/05/2023 a 30/05/2024	217.000	560
Responsabilidade Civil Operacional	30/05/2023 a 30/05/2024	120.000	149
Responsabilidade Civil Geral para Administradores	18/06/2023 a 18/06/2024	25.000	9
Seguro Automóvel	27/10/2023 a 27/10/2024	200	12
Seguro de vida em Grupo	24/09/2023 a 24/09/2024	253	1

22 Contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações, esses processos envolvem assuntos de natureza ambiental, cível e trabalhista. Com base nas informações e avaliação dos seus assessores jurídicos, a Companhia não possui processos com probabilidade de perda provável e, portanto, não possui provisão para contingências constituída em suas demonstrações. Adicionalmente, a Companhia possui 5 (cinco) processos com probabilidade de perda possível, de natureza cível e ambiental, no montante de R\$ 3.229. A Companhia possui depósitos judiciais registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 38 (2022: R\$ 233) relacionados a processos cíveis e tributários com probabilidade de perda remota.

* * *

Composição da Diretoria

Maiza Rodrigues Ponte Parente
Diretora Financeiro-administrativa

Agnelo Bezerra Bonfim
Diretor Técnico

Antônio Werk Rodrigues Pereira
Contador CRC-CE 016296/0-8